

O Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo atingiu hoje (17), às 8h10, a marca de R\$ 900 bilhões. O valor equivale ou é superior ao PIB de países como Finlândia, Chile, Hungria, Portugal, Qatar, Angola, Bolívia, República Checa, Equador e Grécia. O montante foi arrecadado 12 dias antes do que em 2017 e representa o total de impostos, taxas e contribuições pagas pelos brasileiros desde o início do ano nos três níveis de governo: municipal, estadual e federal.

## Postos pedem que governo altere tributação para conter preços de combustíveis

Representante dos donos de postos de combustíveis de todo País, a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecomcombustíveis) defendeu o fim da oscilação dos preços da gasolina e do óleo diesel para o consumidor final.

Em nota, a entidade argumenta que a política da Petrobras, de reajustes diários nas refinarias, "está trazendo prejuízo para famílias e empresas brasileiras". Diz ainda que "muitos postos estão perdendo fôlego financeiro e não

conseguem sobreviver em meio a este cenário".

Como solução, propõe a revisão dos tributos que incidem sobre os combustíveis. A Fecomcombustíveis defende a uniformização das alíquotas de ICMS nos diferentes Estados e o retorno da utilização da Cide como amortecedor das oscilações de preços, como adotado no passado. A ideia é que altas do petróleo sejam compensadas por baixas do tributo para que o consumidor final não sinta as variações internacionais das cotações.

"O governo tem que se res-

ponsabilizar sobre o peso dos impostos em relação aos combustíveis e seus efeitos à sociedade. É sua função promover um realinhamento de sua política energética a fim de permitir que os combustíveis, como produtos essenciais à população, sejam acessíveis a todos e contribuam para o desenvolvimento do País", traz a nota.

Em evento em Nova York, ontem (16), o presidente da Petrobras, Pedro Parente, ressaltou que a empresa apenas reage às variações externas das cotações e que não é a única responsável pela formação dos preços dos



A Fecomcombustíveis argumenta que a política da Petrobras, de reajustes diários nas refinarias, "está trazendo prejuízo para famílias e empresas brasileiras".

combustíveis. "É preciso lembrar que o preço ao consumidor depende não apenas do preço na

refinaria, mas também de outras parcelas, onde impostos é a mais importante", destacou. "Além

disso, há o clima competitivo entre as distribuidoras e os postos de gasolina" (AE).

## Discussão sobre foro no STJ é suspensa; ministros divergem

Brasília - A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu, na tarde de ontem (16), a discussão em torno da restrição do foro por prerrogativa para autoridades julgadas pelo tribunal, como governadores. O debate foi interrompido pelo pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro Luís Felipe Salomão, depois dos votos dos ministros Mauro Campbell, João Otávio de Noronha e Maria Thereza de Assis Moura.

Os dois últimos ministros se posicionaram a favor da restrição do foro, nos mesmos termos definidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no início do mês. A Corte Especial do STJ é composta por 15 ministros. Salomão disse que traz o voto-vista na próxima sessão do colegiado, que acontece em 6 de junho.

Até o momento, o placar está



A Corte Especial do STJ é composta por 15 ministros.

em dois votos a um para que o STJ possa fazer sua interpretação em torno da regra do foro para governadores, desembargadores dos Tribunais de Justiça e membros dos Tribunais de Contas dos Estados, que são as autoridades julgadas pelo tribunal.

Noronha e Maria Thereza, que votaram dessa forma, entendem que as recentes regras definidas pelo STF devem ser aplicadas as autoridades julgadas pelo STJ. Para Maria Thereza, assim como o STF, a Corte Especial precisa

se debruçar sobre cada cargo para definir como ficam as novas delimitações. "Se definirmos de forma diferente (do STF), estaremos conflitando com a decisão da Suprema Corte", completou a ministra.

No início de maio, o plenário do STF decidiu, através de uma questão de ordem apresentada pelo ministro Luís Roberto Barroso, que o foro por prerrogativa para senadores e deputados federais só vale para crimes cometidos durante o mandato e em função do cargo (AE).

## Privatização da Eletrobras

O governo federal publicou ontem (16) no Diário Oficial da União um novo decreto sobre a privatização da Eletrobras. O texto edita o decreto publicado no mês passado que tratou dos estudos necessários para a privatização da estatal.

O texto publicado modifica a redação sobre a etapa dos estudos técnicos necessários à venda da empresa. O novo decreto condiciona a assinatura do contrato para a realização desses estudos à aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de Lei 9.463/2018, que define os termos da desestatização da companhia e ainda está em discussão na Câmara dos Deputados.

O governo encaminhou o projeto de privatização da Eletrobras ao Congresso Nacional em janeiro. Pela proposta apresentada, a privatização ocorrerá por meio do lançamento de novas ações no mercado para que a União passe a ser acionista minoritária. O projeto também prevê que, para preservar interesses estratégicos nacionais, os novos acionistas serão proibidos de acumular mais de 10% do capital da empresa (ABR).

## Fachin autoriza inquérito para investigar senadores

O ministro do STF Edson Fachin decidiu ontem (16) determinar abertura de inquérito para investigar suposto repasse de R\$ 40 milhões em doações eleitorais a políticos do MDB do Senado.

As investigações devem envolver os senadores Renan Calheiros (AL), Jader Barbalho (PA), Romero Jucá (RR), Eunício Oliveira (CE), Eduardo Braga (AM), Edison Lobão (MA), Valdir Raupp (RO), Roberto Requião (PR), além do ex-senador e atual ministro do TCU, Vital do Rego.

O pedido de abertura da investigação foi solicitado ao STF pela Procuradoria-Geral da República (PGR), com base nos depoimentos de delação premiada do ex-diretor da Transpetro, Sérgio Machado, e do executivo do grupo J&F, Ricardo Saud. Em um dos depoimentos, Machado disse que "nas reuniões ocorridas na residência de Renan Calheiros, que o grupo JBS iria fazer doações ao PMDB, a pedido do PT, na ordem de R\$ 40 milhões".

"Com relação à abertura das investigações, como sabido,



Ministro Edson Fachin, relator do inquérito.

uma vez requerida a abertura de investigações pela PGR, incumbe ao relator deferir-las, não lhe competindo qualquer aprofundamento sobre o mérito das suspeitas apontadas, exceto se, a toda evidência, revelarem-se inteiramente infundadas", decidiu Fachin.

Em nota, o MDB afirmou que "repudia mais uma tentativa de criminalização da política". "Esperamos que a conclusão deste inquérito seja rápida e acreditamos que ao final a verdade será restabelecida", defendeu a legenda em nota (ABR).

## Mercado de imóveis e o direito de protocolo

São Paulo - O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, celebrou a queda da liminar que vetava a prática do direito de protocolo em São Paulo desde fevereiro, travando o lançamento de novos projetos. "Somos de uma situação de caos para a volta à normalidade", comentou. O líder empresarial destacou ainda a retomada da segurança jurídica, que vinha espantando investidores do setor.

"Os investidores, especialmente aqueles das companhias de capital aberto, estavam tremendamente preocupados. Agora, estarão mais seguros", avaliou. Segundo França, os lançamentos tomarão agora seu ritmo normal, dependendo apenas da capacidade operacional de cada incorporadora e da avaliação sobre o ambiente econômico. Apesar dos gargalos neste começo do ano, o executivo reiterou sua expectativa de crescimento do mercado imobiliário paulistano em 2018.

Por conta da liminar, 65 empreendimentos deixaram de ser lançados na capital paulista. Esses projetos correspondem a 15,8 mil apartamentos, ou R\$



Presidente da Abrainc, Luiz França.

7,7 bilhões em valor geral de vendas (VGV), além de R\$ 528 milhões em impostos e 55,8 mil empregos envolvidos nas obras e serviços. Os dados fazem parte do estudo mais recente realizado pela Abrainc em parceria com a Fipe. "O impacto foi absurdo", salientou França.

O levantamento apurou também que outros 22 empreendimentos que já haviam sido lançados não poderiam receber o Habite-se enquanto a liminar estivesse vigente. Esses projetos somam 5,2 mil apartamentos, ou R\$ 2,0 bilhões em valor geral de vendas (VGV) e R\$ 174 milhões em impostos (AE).

## Alerta sobre 'apoio de estrangeiros' a Lula

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, alertou ontem (16), sobre a inoportunidade do apoio de seis líderes políticos europeus à candidatura do ex-presidente Lula, condenado a 12 anos e um mês de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Lula está preso na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR) desde 7 de abril. "Recebi, com incredulidade, as declarações de personalidades europeias que, tendo perdido audiência em casa, arrogam-se o direito de dar lições sobre o funcionamento do sistema judiciário brasileiro", diz o comunicado do chanceler.

O texto acrescenta que "qualquer cidadão brasileiro que tenha sido condenado em órgão colegiado fica inabilitado a disputar eleições. Ao sugerir que seja feita exceção ao ex-presidente Lula, esses senhores pregam a violação do estado de direito". Por fim, o ministro questiona. "[Esses líderes estrangeiros] fariam isto em seus próprios países? Mais do que escamotear a verdade, cometem um gesto preconceituoso, arrogante e anacrônico contra a sociedade brasileira e seu compromisso com a lei e



Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes.

as instituições democráticas".

Na relação dos seis ex-chefes de Estado e de Governo europeus que defendem a candidatura de Lula estão o espanhol José Luis Rodríguez Zapatero (ex-primeiro-ministro) e o francês François Hollande (ex-presidente da República), os italianos Massimo D'Alema (ex-chanceler), Romano Prodi (ex-primeiro-ministro) e Enrico Letta (ex-primeiro-ministro) e o belga Elio di Rupo (ex-primeiro-ministro).

Os ex-chefes de Estado e de Governo fizeram um manifesto denominado "Chamada de Líderes Europeus em apoio a Lula" (ABR).

## Para secretário do Tesouro, alta do dólar não preocupa

A alta do dólar, por enquanto, não preocupa por ser um movimento de curto prazo, avaliou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Facundo de Almeida Junior, ontem (16), após participar de reunião da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. "O Banco Central tem instrumentos para lidar com isso. É bem diferente de 2002 e de outros anos. Naquela época, tinha o problema da dívida pública. Não é caso agora". Lembrou que, em 2002, com a alta do dólar, a dívida líquida do setor público disparou porque o país tinha nível baixo de reservas.

Agora, argumentou, o país é credor líquido em moeda estrangeira, ou seja, tem mais ativos do que dívidas no exterior. A dívida pública cai quando há alta do dólar, porque as reservas internacionais, o principal ativo do país, são feitas de moeda estrangeira. "Quando o dólar sobe, a dívida líquida cai, porque o Brasil hoje é credor líquido em dólar. É bem diferente de 2002, quando disparou o dólar. A dívida



A alta do dólar ocorre mesmo com ajustes do BC no mercado de câmbio.

líquida disparou porque Brasil era devedor líquido em dólar e tinha um nível de reserva baixo", afirmou.

Segundo Mansueto, o dólar está se valorizando em relação a várias moedas de países emergentes e ao euro. "Essa coisa de volatilidade é muito de curto prazo, muito de atuação de mercado", disse. Um fato adicional, acrescentou o secretário, é que o déficit em conta-corrente é "muito pequeno", abaixo de 1% do PIB. "É um resultado muito menor do que entra de dinheiro como investimento externo", destacou (ABR).

### BOLSAS

O Ibovespa: +1,65% Pontos: 86.536,96 Máxima de +1,82% : 86.678 pontos Mínima de -0,1% : 85.044 pontos Volume: 12,14 bilhões Variação em 2018: 13,27% Variação no mês: 0,49% Dow Jones: +0,25% Pontos: 24.768,93 Nasdaq: +0,63% Pontos: 7.398,30 Ibovespa Fu-

turo: +1,19% Pontos: 86.800 Máxima (pontos): 87.080 Mínima (pontos): 85.220 Global 40 Cotação: 786,423 centavos de dólar Variação: -0,56%.

### CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,6750 Venda: R\$ 3,6755 Variação: +0,35% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,75 Venda: R\$ 3,85 Variação: +0,35% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,6797 Venda: R\$ 3,6803 Variação: +0,14% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,6270 Venda: R\$ 3,8230 Variação: +0,34% - Dólar Futuro (junho)

Cotação: R\$ 3,6790 Variação: +0,57% - Euro (17h30) Compra: US\$ 1,1806 Venda: US\$ 1,1806 Variação: -0,26% - Euro comercial Compra: R\$ 4,3380 Venda: R\$ 4,3400 Variação: +0,07% - Euro turismo Compra: R\$ 4,2870 Venda: R\$ 4,5170 Variação: -0,07%.

### JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,23% ao ano. - Capital de giro, 9,32% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

### OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.291,50 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +0,09% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 152,650 Variação: -0,23%.

"O Brasil é a grande amante de todos nós. Continuaremos amando-a, ainda que corneados".

Roberto Campos (1917/2001)  
Economista brasileiro